



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

ANEXO II – MEMÓRIA DE CÁLCULO

Referências:

* *Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2017 – Registro no MTE: MG000676/2017*

* *Nota Técnica 001/2013 – Conselho da Justiça Federal;*

* *Caderno de Logística Prestação Serviços de Limpeza e Conservação - MPOG*

Alguns Parâmetros

> **Total dias trabalhados mês:** Média 22 dias úteis.

> **Total da Hora Mês Trabalhada** – 220 horas – Conforme estudo disponível em:
http://www.trt3.jus.br/escola/download/artigos/divisores_salario_mensal.pdf

> **Remuneração:** Soma das verbas que possuem natureza salarial – salário base; adicional noturno; adicional insalubridade; hora noturna reduzida (Súmula 60 do TST; **Súmula 437 TST – inciso III**)

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Memória de Cálculo
A	Salário Base	R\$ 1.011,25 – Cláusula 3ª Pisos Salariais - CCT
B	Adicional Insalubridade	Grau Máximo sobre Salário Mínimo Vigente, conforme Artigo 192 da CLT e Laudo Engenheiro Segurança Trabalho.
	Total da Remuneração	

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Nota 2: Para o empregado que labora a jornada 12x36, em caso da não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada (§ 4º do art. 71 da CLT), o valor a ser pago será inserido na remuneração utilizando a alínea “G”.

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º Salário e Adicional de Férias	Memória de Cálculo	Referência
A	13º Salário	(Total Remuneração Módulo 01 / 12 avos/meses) - Decreto nº 57.155, de 3 de novembro de 1965.	Notas Submódulo 2.1 Anexo VII-D - IN 05/2017, 05/05/2017 - MPOG
B	Férias e Adicional de Férias	(1/3 Total Remuneração Módulo 01 / 12 avos-meses) - Artigo no 143 da CLT.	
TOTAL			

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 – Encargos previdenciários , FGTS e outras contribuições:

4.1	Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições	(%)	Fundamentação Legal
A	INSS	20,00%	Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91.
B	Salário Educação	2,50%	Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 9.424/1996
C	SAT - Seguro acidente do trabalho	Rat Ajustado*	Percentual real do Rat Ajustado – demonstrado através de relatório da SEFIP ou outro legal que o substitua .
D	SESC ou Sesi	1,50%	Art. 30 Lei n.º 8.036/1990 e art. 1º da Lei n. 8.154/1990
E	SENAI - SENAC	1,00%	Decreto-lei n. 2.318/1986
F	SEBRAE	0,60%	Lei n.8.029/1990, alterada pela Lei n. 8.154/1990.
G	INCRA	0,20%	Art. 1º, inciso I, do Decreto-lei n. 1.146/1970
H	FGTS	8,00%	Art. 15 da Lei nº 8.036/1990 e art. 7º, inciso III, da CF 88.
	TOTAL		

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios mensais e diários	Memória de Cálculo
A	Transporte *	<i>Lei 7.418/85, com alteração da Lei 7.619/87, regulamentada pelo Decreto nº 95.247/87 e Acórdão TCU n. 282/2009 – 1ª Câmara</i>
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Clausula 10ª CCT MG000676/2017 -TICKET ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO
C	Assistência Médica e Familiar	Clausula 12ª CCT MG000676/2017 -PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA
D	Seguro de Vida	Clausula 14ª CCT MG000676/2017 - SEGURO DE VIDA EM GRUPO
E	Outros (especificar)	Outros benefícios mensais e diários previsto em Convenção ou Acordo Coletivo

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

*** A – Transporte: (Custo Total Vale Transporte - Desconto legal de 6% Proporcional aos dias trabalhados)**

Custo Total Vale Transporte:

(Custo Unitário Vale Transporte x Quant. Fornecida por dia x Dias úteis trabalhados)

Desconto legal de 6% Proporcional aos dias trabalhados – Decreto n. 25.247/1987 e Acórdão TCU nº 282/2009:

{ [(Salário Base/Total Horas Mês)*(total horas trabalhadas no dia)] * (Dias úteis Trabalhados)]} * (6%)

***B,C,D e E -** Para estes itens deverão ser observados os valores e métodos estabelecidos na Convenção Coletiva da Categoria homologada no Ministério do Trabalho e Emprego.

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para rescisão	% Limites	Referência
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	Nota Técnica 01/2013 Conselho Nacional Justiça
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	aplicar o percentual do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado. (Acórdão TCU n.	Nota Técnica 01/2013 Conselho Nacional Justiça

		2.271/2010 – Plenário e Súmula TST n. 305).	
C	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	no cálculo dos valores limites o custo do aviso prévio indenizado (0,42%) é acrescido da multa do FGTS indenizado (40% + 10% = 50%), que incide sobre a alíquota do FGTS (8%) aplicada sobre o custo de referência para o aviso indenizado (0,42%). • Cálculo ((0,42 + (50%*0,42)) 8% x 0,42	Nota Técnica 01/2013 Conselho Nacional Justiça
D	Aviso prévio trabalhado	Cálculo: [(100% / 30) x 7]/12 = 1,94% 0,04% ou 1,94%*	Estudos CNJ – Resolução 98/2009 e Nota Técnica 01/2013 - CJF
E	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	aplicar o percentual do submódulo 4.1 sobre o Aviso Prévio Indenizado. • Cálculo: (36,80%)*(1,94%) = 0,71%	Nota Técnica 01/2013 Conselho Nacional Justiça
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado *	• Cálculo ((1,94 + (50%*1,94)) 8% x 1,94 = 0,01%	Nota Técnica 01/2013 Conselho Nacional Justiça
TOTAL			

Letra A: Aviso Prévio indenizado: trata-se de valor devido ao empregado caso o empregador rescinda o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no §1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. (Estudo CNJ – Resolução 098/2009). • Cálculo $((1/12) \times 0,05) \times 100 = 0,42\%$.

* **D – Aviso Prévio Trabalhado** – para o aviso prévio trabalhado admite-se os dois percentuais, sendo que o percentual de 1,94% já remunera o componente no primeiro ano de contrato, devendo ser zerado quando da sua prorrogação. (Acórdão 3.006/2010 – Plenário). Para fins de estimativa do IFSULDEMINAS será considerado o percentual de **1,94%**.

E - Multa FGTS do aviso prévio trabalhado: no cálculo dos valores limites o custo do aviso prévio trabalhado (1,94%) é acrescido da multa do FGTS trabalhado (40% + 10% = 50%), que incide sobre a alíquota do FGTS (8%) aplicada sobre o custo de referência para o aviso indenizado (1,94%). (Acórdão TCU n. 3.006/2001 – Plenário).

• Cálculo $((1,94 + (50\% \times 1,94)) \times 8\% \times 1,94 = 0,01\%$.

MÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente -

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intra jornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço

Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Ausências Legais	%	Referência
A	Férias	9,09%	Nota Técnica 01/2013 Conselho Nacional Justiça
B	Ausências Legais	1,66%	Nota Técnica 01/2016 Conselho Nacional Justiça
C	Licença paternidade	0,02%	Nota Técnica 01/2016 Conselho Nacional Justiça
D	Ausência por Acidente de trabalho	0,03%	Nota Técnica 01/2016 Conselho Nacional Justiça
E	Afastamento Maternidade	0,03%	Nota Técnica 01/2013 Conselho Nacional Justiça
F	Outros (especificar)		
TOTAL			

Nota: As alíneas “A” a “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Intra jornada	Memória de Cálculo
A	Intervalo para repouso ou alimentação	Caderno de Logística Limpeza e Conservação - MPOG
	Total	

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

MÓDULO 5 - Insumos Diversos

4.3	Afastamento Maternidade	Valor Mensal	Referência
-----	-------------------------	--------------	------------

A	Uniformes	Deverá ser o valor mensal por empregado para os Itens e quantidades relacionados no Termo de Referência.	Caderno de Logística Limpeza - MPOG e Termo de Referência
B	Equipamentos de Segurança	Deverá ser o valor mensal por empregado para os Itens e quantidades relacionados no Termo de Referência	Caderno de Logística Limpeza - MPOG e Termo de Referência
TOTAL			

Nota: Valores mensais por empregado.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos indiretos, Tributos e Lucros	(%)	Referência
A	Custos Indiretos*		Os custos indiretos são calculados mediante a incidência dos percentuais sobre o somatório da remuneração, benefícios mensais e diários, insumos diversos, encargos sociais e trabalhistas.
B	Lucro*		O percentual do Lucro incide sobre a remuneração, benefícios mensais e diários, insumos diversos, encargos sociais e trabalhistas e custos indiretos.
C	Tributos*		
	B1. Tributos Federais (especificar)	PIS e COFINS /Simples Nacional	Estimativa Regime Tributação Lucro Real,

			Lucro Presumido ou Simples Nacional.
	B.2 Tributos Estaduais (especificar)		
	B.3 Tributos Municipais (especificar)	3%	Item 17.05 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar 149/2003, Município de Três Corações-MG.
	Total		

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento

*** A – Custos Indiretos** – Para estimativa do IFSULDEMINAS será considerado o percentual de **5%** para os Custos Indiretos, conforme indicação da Nota Técnica 001/2015 – CJF. “Nos demais tipos de serviços vinculados à mão de obra o percentil será de 5% com base nos valores utilizados pelo TCU nas últimas contratações (Acórdão TCU 1.753/2008-Plenário)”

***B Lucro** - “O Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR) no CITL é representado por uma taxa incidente sobre o total geral dos custos diretos, excluídos os tributos (despesas fiscais) e as despesas indiretas. Dentro do conceito de lucro bruto, nos termos definidos em estudos elaborados pelo governo do Estado de SP, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal, adotou-se uma média que limitará a possível variação de taxa de lucro bruto. Essa média é definida com base na margem bruta (mark up), que é então ajustada para corresponder ao Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR) depois dos impostos sobre a Receita Bruta (PIS, COFINS, ISS).

Tendo em vista as considerações anteriormente citadas, a taxa de lucro bruto que está sendo utilizada é de **6,79%** para ambos os serviços. (Estudo realizado e aplicado na IN 02/08 – MPOG).”

- **Fonte: Nota Técnica 001/2013 – Conselho Justiça Federal**

***C – Tributos:**

{[Soma dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5 + Custos Indiretos + Lucro)] / [1-(COFINS + PIS + ISS)]/100}} x Alíquota Tributária

No cálculo dos tributos o proponente deverá utilizar as alíquotas correspondentes ao seu Regime Tributário, que deverá ser comprovado quando do envio da proposta.

Para fins de estimativa de custos do IFSULDEMINAS serão adotadas as alíquotas da PIS e da COFINS aplicada sobre o Regime de Tributação Lucro Real.

“No regime de não-cumulatividade do PIS e COFINS, instituído pelas Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, as alíquotas da contribuição para PIS/PASEP e da Cofins são, respectivamente, de 1,65% e 7,60%”- Nota Técnica 001/2013 - CJN

OBS: Instruções preenchimento Planilha de Custo e Formação de Preços: Instrução Normativa nº 02/2008, atualizada; Manual de Orientação para Preenchimento da Planilha de Custo e Formação de Preços da IN nº 02/2008; Caderno de Logística – Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial – 2014; Nota Técnica 01/2013 -Conselho Justiça Federal – ambos disponíveis para consulta on-line.